

## **Turismo de Base Comunitária (TBC) e Atores Locais: participação de quem?**

**Jacirene QUEIROZ<sup>1</sup>**  
**Gutemberg GUERRA<sup>2</sup>**

Resumo: O artigo apresenta o resultado de estudo de caso quali/quantitativo de uma dissertação que relata e analisa uma experiência de um grupo de moradores de Curuçá – PA, filhos de agricultores familiares, pescadores e educadores locais, que formaram uma organização, o Instituto Tapiaim, para trabalhar o Turismo de Base Comunitária naquele município. O objetivo deste trabalho é possibilitar uma reflexão sobre TBC, cidadania e participação e como se deu a inserção dos quatro povoados que compõem o roteiro elaborado pelo Instituto: Muriazinho, Pedras Grandes, Recreio e Praia da Romana, com destaque para esse último. Os resultados obtidos por meio de aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas e dos indicadores de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), comprovaram que este grupo tem sido o responsável, naquele município, pelo receptivo de grupos de turistas estrangeiros, desde sua fundação em abril de 2008, no entanto, devido à falta de capacitação profissional na área da hospitalidade, assim como da carência de infraestrutura básica nos povoados citados, a participação dos moradores no roteiro do Instituto ainda é incipiente, desde modo, o protagonismo local, a cooperação e o empreendedorismo local que são princípios norteadores nessa forma de turismo não estão sendo observado nessa experiência.

Palavras-chave: Cidadania; Participação; Turismo de Base Comunitária.

### **1 Introdução**

A discussão sobre participação nas políticas públicas passa a ocorrer com mais ênfase a partir do Relatório Brundtland (1987) que destaca como resultado o paradigma do desenvolvimento sustentável e provoca a discussão sobre a insustentabilidade do desenvolvimento industrial e o consumismo desenfreado na sociedade pós-moderna. Nessa busca, o turismo é apontado como uma das saídas para essa nova crise no modelo de desenvolvimento (DIAS, 2003).

A atividade turística intensificada a partir da Revolução Industrial teve como resultado a massificação dos lugares e a exclusão de seus moradores nas tomadas de decisão em territórios onde esta prática se desenvolveu. No bojo das transformações que permeiam a sociedade, o turismo como atividade socioeconômica acompanha as mudanças e, nesse contexto, o Turismo de Base Comunitária (TBC) tem sido uma oportunidade de comunidades realizarem uma nova forma de gestão no turismo.

---

<sup>1</sup> Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Professora de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA. <http://lattes.cnpq.br/8056433515251639>. [jacy.queiroz@hotmail.com](mailto:jacy.queiroz@hotmail.com)/ [jacirene.queiroz@ifpa.edu.br](mailto:jacirene.queiroz@ifpa.edu.br)

<sup>2</sup> Doutor em Sócio Economia do Desenvolvimento. Professor Associado da Universidade Federal do Pará- UFPA. <http://lattes.cnpq.br/4262726973211880>. [gguerra@ufpa.br](mailto:gguerra@ufpa.br)

O Turismo de Base Comunitária difere das outras formas de turismo não apenas pela gestão mas, principalmente, porque esta gestão é feita pelos ofertantes do produto turístico, ou seja, ocorre a participação direta dos envolvidos na atividade. Neste artigo utilizam-se os conceitos de cidadania trabalhados por Touraine (1996) e Santos (2007). Sobre participação a discussão é baseada em Bordenave (1994), Demo (1996) e Campanhola e Silva (2000) e o aporte conceitual de Turismo de Base Comunitária (TBC) é baseado no que indicam Maldonado (2009), Sampaio (2008), Irving (2009) e Coriolano (2009).

O universo da pesquisa onde ocorre essa experiência é o município de Curuçá, que faz parte da Mesorregião do Nordeste Paraense que por sua vez se divide em cinco Microrregiões, dentre as quais a do Salgado, onde este se localiza.

O TBC desenvolvido pelo Instituto Tapiaim em Curuçá teve início em julho de 2008, quando o grupo de jovens que fazia um curso de ecoturismo ministrado pelo Instituto Peabiru recebeu o primeiro grupo de turistas canadenses no município. Até então, o grupo se chamava Equilíbrio e passou a ser chamado de Tapiaim<sup>3</sup> a partir de 18 de abril de 2009, quando saiu o registro em cartório com esse nome.

Sua formação inicial por dezesseis integrantes com idade de 21 a 36 anos com atividades laborais ligados à pesca, a agricultura e o comércio, porém, foram entrevistados apenas quatorze destes, pois dois haviam deixado o grupo.

No presente artigo, são abordados os três roteiros e, mais profundamente, o roteiro do povoado de Muriazinho, uma comunidade de agricultores familiares e pescadores artesanais que faziam parte da oferta turística do Instituto Tapiaim. O objetivo é possibilitar uma reflexão sobre TBC, cidadania e participação e como se deu a inserção dos quatro povoados que compõem os roteiros elaborados pelo Instituto: Pedras Grandes, Recreio, Romana e Muriazinho, com destaque para esse último.

Metodologicamente, obtiveram-se os resultados por meio de aplicação de questionários, entrevistas semi-estruturadas e dos indicadores de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), nas comunidades estudadas. Os entrevistados nesse trabalho são apresentados pelas iniciais de seus respectivos nomes, para que eles se reconheçam como tal nas transcrições de suas citações.

A partir desta concepção o artigo é apresentado em quatro seções: a primeira aborda teoricamente a cidadania e participação, esta enquanto ferramenta promotora de empoderamento político e de governança local na efetivação da cidadania. A segunda, discute o TBC enquanto forma de gestão da atividade turística. A terceira, expõe o recorte

---

3“Tapiaim é a nossa mascote, uma formiga típica aqui da região que tem como característica andar sempre sozinha, em sua trilha própria, é bastante valente, independente e muito companheira. Ela quando encontra uma formiga de sua espécie ela põe na costa e leva, não sabe pra onde, ela leva mesmo. Isso tem um pouco a ver com a nossa saga, com a nossa atividade, né? O Tapiaim hoje, com o pouco recurso que tem quando alguém hoje tá precisando, questão principalmente de saúde, a gente não precisa reunir pra ajudar né, já é uma marca do grupo e que deixa a gente mais próximo aí com a questão da formiga” (E.C.M.C, 17/12/2010).

da análise empírica do estudo de caso que é a experiência de TBC desenvolvida pelo Instituto nas quatro comunidades do município de Curuçá-PA e o quarto, apresenta as considerações finais sobre o objeto em análise. Na seção seguinte, inicia-se a discussão sobre Cidadania e Participação.

## **2 A Construção da Cidadania pela Participação: conceitos e premissas fundamentais**

Quando se fala ou pensa em cidadania, quase sempre se reporta aos gregos, pois foram estes que deixaram essa noção para o mundo ocidental. Porém, cidadania como conquista individual na sociedade moderna está relacionada ao estabelecimento do Estado-nação. Na Idade Moderna, os exemplos mais expressivos de luta pelo reconhecimento da cidadania está ligado às revoluções inglesa e francesa.

Sobre cidadania Touraine (1996, p. 101) expõe que “significa a construção livre e voluntária de uma organização social que combina a unidade da lei com a diversidade dos interesses e o respeito pelos direitos fundamentais”. Para Santos (2007, p. 19) “a cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância”.

A cidadania é o acesso a direitos garantidos nas leis que regem um país de forma igualitária, sem distinção de qualquer indivíduo permitindo que tenham ao seu alcance todas as possibilidades referentes à solução de suas necessidades.

É diante dessas fragilidades que Milton Santos (2007, p. 19) propõe os seguintes questionamentos: “há cidadãos nesse país? Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos? Quantos nem sequer sabem que não o são?” o próprio autor responde que no Brasil existe “uma cidadania mutilada, subalternizada, muito longe do que, habitualmente, em outros países capitalistas, define o instituto” (SANTOS, 2007, p.37).

São várias as situações que evidenciam essa afirmação. Segundo Demo (1996) isso vai desde a falta de empregos que está diretamente ligada ao crescimento da economia, à insuficiência da infraestrutura industrial, ao subemprego e à profissionalização que, segundo este, “não atinge seus fins caso não existam os adequados postos de trabalho porquanto não é treinamento que os cria” (DEMO 1996, p.10)

Essas circunstâncias demonstram que o Brasil ainda é um país cujos dados revelam uma desigualdade social expressiva. Isso influencia diretamente no acesso aos direitos básicos que se efetivam em cidadania. Segundo o IBGE (BRASIL, 2010b) persistem as desigualdades sociais, regionais e interestaduais em relação à distribuição de rendimentos. O Instituto aponta ainda que 43% dos domicílios são inadequados para a moradia.

Na busca de suplantar essa constatação perversa tem se visto os esforços de governos, da sociedade civil organizada e das instituições de ensino e pesquisa que têm cooperado com a inserção de novas tecnologias sociais, novas metodologias que incluam a

população nos processos de planejamento e decisão com o fim de colaborar com a superação de situações de pobreza em que vivem muitas comunidades nesse país.

No Brasil a participação na esfera governamental passa a ser discutida a partir da década de 1990, devido às mudanças nos níveis de governança pública trazida pela Constituição Brasileira de 1988, quando esta privilegia os municípios como gestores de políticas que antes eram de competência dos governos estaduais e federal. Como evidencia dessa nova postura política Campanhola e Silva (2000, p. 18) apontam como exemplo a “criação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), fundos de Saúde, Assistência Social e Educação e mais recentemente, do PRONAF”.

Isso é um processo e como tal são grandes as dificuldades enfrentadas nas diversas escalas administrativas para que os objetivos previstos com a descentralização efetivamente alcancem níveis de eficiência na administração pública. O processo participativo das organizações sociais tem sido uma das ferramentas utilizadas para legitimar as tomadas de decisões que envolvem os diversos atores e suas demandas. Sobre a participação, Sansolo (2008) afirma que a Rio-92 contribuiu significativamente, para sua efetivação como ferramenta de gestão.

Essa nova ferramenta tem possibilitado que indivíduos, antes apenas espectadores e/ou receptores das políticas públicas, passassem a ser ouvidos, podendo opinar em situações que lhes atingem direta ou indiretamente. Demo (1996) não desvincula a participação da política social, colocando-a como eixo fundamental juntamente com o socioeconômico e assistencial.

Sobre política social, o referido autor a conceitua como sendo “o esforço planejado de reduzir as desigualdades sociais quando entendida como proposta do Estado. Olhada do ponto de vista dos interessados é a conquista da autopromoção” (DEMO, 1996, p.6).

A palavra participação segundo Bordenave (1994, p. 22) “vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte”. Com essa definição, este autor demonstra ser “possível fazer parte sem se tomar parte” (Idem, p. 22) e que aí está a diferença entre a participação ativa e passiva, entre o cidadão inerte e o engajado.

No Brasil a participação tem sido utilizada pelas políticas públicas em parceria com o terceiro setor, como uma ferramenta no sentido de promover a cidadania. Demo (1996) afirma que participação é conquista.

Para o citado autor, mesmo entendendo que a desigualdade social seja de ordem estrutural, ela não pode ser aceita como normal. Logo, a participação é apenas um dos caminhos de construção da cidadania, que alcança níveis de satisfação quando baseada numa relação paritária, dialética construída no respeito pelas múltiplas diferenças dos atores sociais e suas reivindicações.

Mensurar até que ponto um projeto, experiência ou programa é participativo é tarefa difícil. Porém, podem-se mensurar alguns obstáculos e vantagens desse processo. Demo (1996, p. 20) aponta que “muitas propostas participativas acabam sendo expedientes para camuflar novas e sutis repressões”. Nesse sentido, o autor aponta que tendencialmente, se

percebe traços dessa afirmação nas iniciativas do governo, nas universidades, pois quem acredita na participação precisa encarar disputa com o poder.

Em escala local, essa disputa não é menos acirrada, principalmente, depois que a Constituição de 1988 transferiu para os municípios políticas antes coordenadas e executadas pelos governos em níveis estaduais e federal. Os diversos atores que compõem esses espaços logo se organizaram e a disputa pelo poder e dominação ganhou outras roupagens. Nesse contexto, a participação passa a ser instrumento de legitimação de ações que nem sempre representam os reais interesses dos grupos envolvidos.

A crítica que se faz nesse contexto é que diversos métodos de participação tem sido utilizados no sentido de integrar atores sociais, porém a sociedade não está habituada a isso. Participação não é apenas comparecer quando é convocado, seja pela comunidade ou por qualquer outro ator. É um processo para o qual nem todos estão preparados a desenvolver, pois como já mostrado, requer mobilização, mudança de atitude, comprometimento.

Campanhola e Silva (2000, p. 27) com base nos escritos de Pretty (1996) informam que há duas visões distintas sobre participação.

Uma é a de que ela aumenta a eficiência, pois as pessoas concordam e assumem posição ativa na implementação das decisões. A outra considera que a participação é um direito básico, no qual o principal objetivo é a mobilização para as ações coletivas, fortalecimento e construção institucional.

No Brasil, com as mudanças ocorridas pela descentralização da administração pública nos anos 1990, a participação passa a nortear algumas propostas de ações políticas. Nesse contexto, e com o objetivo de alcançar o exposto no conceito acima, houve a mobilização de diversos atores sociais para a inserção nas pautas dirigidas pelas e para as escalas municipais, estaduais e federal. Porém, a participação da sociedade civil como um processo que é, enfrentou e no estado da arte ainda enfrenta obstáculos, contudo, é um aprendizado no exercício da cidadania.

Como ensaio de atividades que podem vir a ter sucesso por meio da prática da participação que levem ao exercício da cidadania, o Turismo de Base Comunitária (TBC) passa a existir com diferencial na forma de planejar e de gerir o turismo e, por meio deste, encontrar caminhos que levem a uma governança local efetiva com benefícios que evidenciem a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de locais esquecidos pelas políticas públicas.

A sessão a seguir aborda aspectos que apontam para a importância da gestão diretamente planejada e desenvolvida por comunidades com potencial para o TBC e, esperam que essas experiências se tornem caminhos sustentáveis para desenvolver territórios ricos em recursos naturais e culturais, mas que nesse processo de globalização ficaram à margem dos benefícios que o desenvolvimento pode promover.

### **3 Turismo de Base Comunitária: aportes conceituais**

Observa-se que no contexto da globalização alguns grupos de países se encaixam nesses interesses de mercado e, dentre esses grupos de países, os da América Latina se sobressaem. É histórico que desde as relações mercantilistas esses territórios foram vistos apenas como provedores de matéria-prima pelas nações colonizadoras, e no estado da arte, continuam a ser provedores de insumos primários e mão-de-obra barata, com pouca qualificação.

Por conseguinte, o TBC surge como uma alternativa às comunidades frente ao turismo convencional que prioriza a massificação dos lugares sem a preocupação com seus habitantes e os recursos utilizados, conforme afirma Maldonado:

Entende-se por Turismo Comunitário toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos (MALDONADO 2009, p.31)

As primeiras experiências em TBC datam da década de 1980, nos territórios indígenas e rurais da América Latina. Dentre os fatores que contribuíram para seu surgimento Maldonado (2009 P. 26, 27) destaca quatro:

[...] 1) - as pressões mundiais do mercado turístico; 2) - as necessidades econômicas e trabalhistas da grande maioria das comunidades que buscam superar uma situação de pobreza crônica; 3) - o papel relevante das pequenas e médias empresas na dinamização do desenvolvimento econômico local na diversificação da oferta turística nacional; e 4) – as estratégias políticas dos movimentos indígenas e rural para preservar seus territórios ancestrais, frente à globalização.

Como se observa esse conjunto de fatores presentes em diversos locais tem sido a tônica das reivindicações de comunidades que tem a consciência de seu potencial de riqueza cultural, patrimonial, natural, de capital humano, mas que por falta de alternativas viáveis de desenvolvimento, por séculos convivem com situações de miséria e medo de perder seus patrimônios para o grande capital. Nesse contexto Maldonado (2009) aponta que o TBC se apresenta não como a atividade principal, mais complementar aos afazeres diários das famílias que o desenvolve.

Essa afirmativa vai de encontro ao que ressalta Coriolano (2009, p. 284) quando enfatiza que “as atividades turísticas comunitárias são associadas às demais atividades econômicas com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, tornando estas atividades preexistentes ao turismo sustentável”

O TBC proporciona o protagonismo social que para Irving (2009, p.112) “resulta do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre os processos de decisão, e só

pode ser expresso plenamente quando o ator social se reconhece como agente do processo de construção da realidade e da dinâmica de desenvolvimento”.

A perspectiva é valorizar o local e as relações em que o TBC surgiu. O local aqui representa “o agrupamento das relações sociais. Ele é também o lugar onde a cultura e outros caracteres não transferíveis têm sido sedimentados. É onde os homens estabelecem relações, onde as instituições públicas e locais atuam para regular a sociedade” (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p.13).

Para o turismo o local é essencial, pois como já mostrado, é nele que as relações acontecem, porém, quando se trata de TBC, pensar apenas no local em si não é o suficiente. Alguns princípios devem ser observados para que uma prática seja considerada de base comunitária. Irving (2009) sugere que nessas iniciativas deve haver motivação endógena, ou seja, se isso parte de uma vontade dos grupos sociais locais ou se é uma demanda externa. Caso não seja uma demanda local, ela deixa de ser essencial para essa prática.

Outro princípio está centrado na “perspectiva da participação das populações locais no processo de planejamento, implementação e avaliação dos projetos turísticos” (Idem, p. 114). Observa-se que este princípio exige a participação social como fator fundamental para o sucesso dessa iniciativa, pois sem isso, ela se torna como tantas outras iniciativas presentes no mercado, onde se vê a centralização nas tomadas de decisões como a tônica diretiva.

A autora expõe ainda que este se “desenvolva em escala limitada, definidas a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas” (Idem, p. 115). Esse princípio mostra a preocupação que os atores locais devem ter com a capacidade de carga do local, assim como das escolhas dos atrativos, e da responsabilidade das ações dos atores envolvidos na atividade.

Para Irving, “a geração de benefícios diretos à população local que perpassam pela afirmação cultural e interculturalidade e o “encontro” como condição essencial” (Idem, p. 116). Nesse princípio, evidencia-se talvez o maior legado do TBC que é o da inclusão social de comunidades que podem, por meio do turismo, ter seus territórios dinamizados e por esse meio alcançarem o fim esperado de desenvolvimento sustentado e sustentável em todas as dimensões.

Apesar de ser uma forma relativamente nova de gestão do turismo, experiências desse segmento têm alcançado êxito na América Latina e em países como Chile e Costa Rica. No Brasil, os Estados que se destacam nessa prática são o Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará. No Amazonas se destacam Silves e Tefé. No Pará, sobressaem as experiências em Santarém, no Marajó e em Curuçá, sendo estas contempladas pelo edital 01/2008 do Ministério do Turismo.

Essas iniciativas são exemplos de novas possibilidades sustentáveis de produção do espaço rural brasileiro, os quais têm na valorização dos modos de vida e na emancipação social ações que apontam para um outro modo de desenvolvimento pautado na busca pela cidadania.

Por isso, o turismo tem sido proposto por gestores de políticas públicas, da iniciativa privada, ONGs e habitantes de territórios como um dos caminhos para a geração de emprego e renda, assim como de preservação e conservação dos recursos naturais. É nessa perspectiva que se fez o estudo desta iniciativa de ecoturismo de base comunitária que está sendo desenvolvida em Curuçá, pelo Instituto Tapiaim.

#### **4 A Participação das comunidades agrícolas e pesqueiras do município de Curuçá (PA) nos roteiros do Instituto Tapiaim**

O Estado do Pará segundo Silva e Silva (2008), tem seu território composto por cento e quarenta e três municípios agregados em vinte e duas microrregiões e seis mesorregiões. O município de Curuçá é parte da Mesorregião do Nordeste Paraense, na Microrregião do Salgado

A ocupação desta área está ligada ao processo de colonização do Pará, que teve Belém como o primeiro núcleo de povoamento por europeus aqui na Amazônia, com o objetivo de ocupar o interior da região. Sobre isso Silva e Silva (p.7, 2008) afirmam: “singrando os principais rios da bacia amazônica, a partir de sua foz, as regiões nordeste e oeste do Pará foram as primeiras a terem seus recursos naturais, explorados pelos colonizadores lusitanos”. A evidência disso é que Curuçá foi fundada pela Companhia de Jesus em 1652.

É na região do Nordeste Paraense onde os reflexos da não superação dos problemas sociais, econômicos, de infraestrutura e ambientais têm o seu pior quadro evidenciado pelo desmatamento, pressão demográfica e pelo fluxo migratório para aquele espaço (SILVA e SILVA, 2008).

Vale ressaltar, porém que apesar dos impactos negativos já mostrados, o Nordeste Paraense tem em seu território as praias oceânicas mais freqüentadas do Estado do Pará, com destaque para Atalaia, Crispim, Algodoal e Ajuruteua. É dessa região de onde provem uma parcela considerável da produção de pescado do Estado.

Segundo os estudos de Furtado et al. (2006) turismo promovido naquele espaço tem sido primordialmente o de “sol e praia<sup>44</sup>” mostrando que na época das férias escolares e dos feriados prolongados, o fluxo turístico supera o número de moradores desses locais. As consequências imediatas desse tipo de turismo são bem visíveis: a superlotação das praias, dos equipamentos de hospedagens, o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade, a violência e a exploração sexual.

Quanto aos efeitos em longo prazo destaca-se a especulação imobiliária, a ocupação desordenada do espaço, a ociosidade dos equipamentos de hospedagem devido à sazonalidade turística.

---

<sup>44</sup> Constitui-se das atividades turísticas relacionadas a recreação, entretenimento ou descanso em praia, em função da presença conjunta de água, calor e sol” (BRASIL, 2008, p.16)



É nesse cenário que Curuçá se encontra e na busca de alternativa de emprego para os jovens que foi pensada essa experiência que, inicialmente, trabalhava com a Educação Ambiental no município e depois de uma formação em Turismo, passou a planejar e implementar roteiros turísticos nas comunidades agrícolas e pesqueiras.

Os roteiros nos povoados de Pedras Grandes e Recreio apresentam produtos bem semelhantes como trilhas, banhos de igarapés, visitas a casas de farinha de mandioca, lanches ou almoços, nem sempre preparados pelos moradores. Nesses povoados moram parentes de integrantes do Instituto Tapiaim, para onde são levados os grupos de visitantes. Em Recreio houve duas visitas e em Pedras Grandes, uma.

Nesse contexto é importante mencionar como foi feita a abordagem por alguns integrantes do Instituto Tapiaim quando foram conversar a respeito de sua contratação para o preparo do alimento para o grupo no povoado de Recreio.

*Os meninos vieram, o moreno, os meninos e conversaram primeiro e disseram: olha dona Socorro, não é a senhora que dá o preço, o preço já vem estipulado por lá, então lá vem, cada um prato de comida, se eu me lembro era doze reais e tinha o suco também que era dois reais o copo, que já vinha estipulado por lá, não era a gente que dava o preço, eles já traziam estipulado o preço das coisas (M. do S. A. S. 30/08/2010).*

Nessa fala se percebe claramente a falta de autonomia desses fornecedores locais no processo de decisão e isso interfere no protagonismo social. Nesse sentido afirma Irving (2008, p. 111) “o TBC só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo”.

Em Pedras Grandes a situação não tem sido diferente, pois o presidente de uma das associações locais, a Associação Comunitária do Povoado de Pedras Grandes, afirma que “*só soube desse projeto conversando com outras pessoas na cidade, aí eu ouvi falar, mas eles nunca chegaram comigo*”.( P. S. P. R, 30/08/2010).

Outra fala que também evidencia a deficiência de integração do Tapiaim com os moradores locais é a do morador G. B. M. 29 anos, quando se refere às visitas na comunidade: “*já passaram com turistas por aqui, já passaram, já visitaram aqui, mas ultimamente, não, eles fizeram uma reunião aí... breve, com a gente*”.

Diante do exposto, evidências demonstram que a forma como essa prática vem sendo conduzida em Pedras Grandes não se pode afirmar que ali esteja acontecendo uma experiência de TBC, pois segundo Irving (2009) e Coriolano (2009), essa prática deve estar fundamentada no diálogo, na cooperação e na participação.

Em Pedras Grandes se percebe conflitos de lideranças comunitárias e esse foi um dos motivos do Tapiaim ter tido dificuldade de diálogo com os comunitários.

O roteiro do TBC na praia da Romana tem início no porto do Abade. O tempo da viagem de barco até aquela praia varia de acordo com a potência do motor do barco, ficando entre uma hora e meia a duas horas e meia para se percorrer os dezesseis quilômetros que distanciam aquela praia do continente.

O que o roteiro oferece aos visitantes é a viagem de barco, uma caminhada até as barracas dos pescadores, explicação do ofício da pesca, almoço preparado por pescadores, banho na praia e retorno ao fim do dia para Curuçá. De todos os roteiros elaborados pelo Tapiaim, o da praia da Romana é o que mais se aproxima da prática do TBC e alguns fatores contribuem para isso. A necessidade de locomoção via barco é um deles. Como não há nenhum integrante do Tapiaim que possua barco, o Instituto é compelido a alugar um para fazer o transporte dos visitantes. Essa ação permite a distribuição de renda aos barqueiros que cobram o valor de duzentos reais por diária do frete.

O fato de ser uma ilha pouco povoada, pois apenas dois pescadores se consideram moradores fixos da ilha: o Sr. J. C. M. 64 anos, conhecido como “Z.G.” e seu B. M. S. 48 anos. Isso facilita a cooperação e o diálogo com esses moradores, evidenciado pelo fato desses dois moradores já terem feito frete para o Tapiaim. A narrativa de Sr. B. M. S. evidencia o que permeia essa relação:

*...logo no início, a alimentação eu dava pra eles entendeu? Ai depois eles passaram a me repassar o gasto da comida só, ai depois....por isso eles me davam vinte reais, cinqüenta reais. Pediam para mim explicar como é que conserta a rede, como é que coloca, mas nunca recebi nada por isso. Eles falavam que era aula, mas eu nunca recebi nada. (B. M. S. 06/08/2010)*

Sobre isso, o presidente do Instituto afirma que sempre pagou o valor pedido pelos serviços do morador acima.

O povoado de Muriazinho ou Vila Muriá, fica cerca de quatro km e meio do centro de Curuçá. O nome Muriazinho deve-se à proximidade que este tem do Rio Muriá, um dos rios que cerca aquele município. Seu acesso se dá pela vicinal 22.4, uma estrada de terra batida em que foi recentemente feita a terraplenagem, por isso, em bom estado de conservação. Ali há apenas uma rua chamada Muriá. Aquele povoado é reduto de duas famílias: a Chucre e a Rayol das quais descendem sessenta e quatro famílias e segundo Reis et al. (2010, p. 44) “há 86 prédios e um total de 314 pessoas”.

A base da produção é a agricultura, com sistema de corte e queima e destaque para o cultivo da mandioca. A produção da farinha de mandioca é vendida para os feirantes de Curuçá e o transporte desta é feita pelos próprios produtores em motos ou bicicletas. Em Muriazinho, duas festas atraem um fluxo maior de pessoas: o torneio esportivo promovido pelo Muriá Esporte Clube, no mês de agosto e a festividade de Nossa Senhora do Livramento, a Padroeira local, que ocorre no mês de novembro.

Naquele povoado não há restaurante. Não é feita a coleta de lixo pela prefeitura, os moradores queimam ou enterram os dejetos. Não há posto de saúde, mas um Agente Comunitário de Saúde (ACS) que faz o acompanhamento dos moradores e encaminha ao posto de saúde em Curuçá, quando necessário. Há uma escola de ensino fundamental de primeira a quarta série, multiseriado. A população conta com dois comércios para o abastecimento de gêneros alimentícios. O sinal de telefonia móvel é ofertado por duas operadoras.

Em Muriazinho, assim como em Recreio e Pedras Grandes é ofertado aos visitantes caminhada em uma trilha e visita aos igarapés. Caso a visita ocorra nos dias em que os moradores estejam preparando a farinha de mandioca, é feita a demonstração do processo desta produção. A trilha de Muriazinho possui a extensão de mil e duzentos metros, e seu fim é no igarapé que margeia o povoado. Geralmente o guia local em Muriazinho é o morador B. C. e foi ele quem fez todo o percurso demonstrativo do roteiro que o Instituto Tapiaim oferece aos turistas.

Ali a comunidade tem o conhecimento das ações do Instituto Tapiaim, isso se deve ao fato de existir todo último sábado de cada mês a reunião da “Associação Comunitária Nossa Senhora do Livramento”, na qual são informadas todas as atividades que ocorrem no povoado pelo presidente, G. J. F. A, 42 anos sobre as visitas realizadas pelo Tapiaim naquela comunidade.

Segundo o morador G. J. F. A

*[...] nunca houve por parte do Tapiaim uma reunião com os moradores para explicar a razão dessas visitas. “Até mesmo eu gostaria que tivesse reuniões através da Casa da Virada aqui no Muriá com mais pessoas, explicar pra gente o objetivo deles vir na comunidade fazer essas visitas”. Pra nós é importante ter esse conhecimento (G. J. F. A, 14/07/2010).*

Esta demanda é também enfatizada pelo morador R. R., 21 anos. Como se observa essa postura do Instituto em não conversar com os moradores e explicar as razões das visitas, de não explicar o que é TBC, já que os entrevistados afirmaram nunca ter ouvido falar de TBC, de não trabalhar com essa comunidade no objetivo de oferecer a hospitalidade a esses turistas, foge daquilo que Irving (2009), Sampaio (2008), Maldonado (2009) apontam como Protagonismo Social, nesse caso, uma condição *sine qua non* para essa modalidade de turismo. Irving (2009) explica que o protagonismo social só pode ser expresso plenamente quando os atores se reconhecem enquanto agentes do processo em que estejam inseridos.

A visita em Muriazinho termina no sítio do morador A. R. C. C, 61 anos, onde tem uma casa de farinha. Nessa propriedade os turistas puderam presenciar a produção de farinha apenas uma vez. Ali é que os turistas fazem o lanche, que no caso, já vem pronto de Curuçá, isolando os moradores locais de interagir por meio do fornecimento do serviço de alimentação. O fato do Tapiaim já trazer o alimento pronto talvez esteja relacionado ao padrão de higiene exigido, principalmente, por grupos europeus e americanos.

Nesse contexto, torna-se compreensível que essa prática seja realizada desta forma. Em que pese a possibilidade de parceria para treinamento de moradores locais para que a produção local atenda a estas exigências, o fato é que os moradores locais ainda não estão inseridos no processo como protagonistas dessa iniciativa.

Faz-se necessário ressaltar que o turista ou visitante que escolhe uma experiência de TBC sabe que “o encontro” (IRVING, 2009) inclui as experiências alimentares dos lugares visitados. Quem sabe, não estaria faltando regras de cooperação entre o Instituto Tapiaim e

a comunidade com outras entidades no sentido de se organizarem para fornecer esse serviço de alimentos e bebidas com qualidade aos visitantes, mantendo-se, evidentemente, os aspectos de originalidade das iguarias.

Diante do exposto talvez esteja faltando uma mediação mais ativa por parte do Instituto Tapiaim no sentido do fornecimento de serviços nas comunidades. Ressalta-se que mesmo que o Instituto Tapiaim seja formado por moradores de Curuçá e alguns de seus povoados, faz-se imprescindível a busca pela cooperação, diálogo, e a participação de atores, principalmente, daqueles residentes nos povoados que fazem parte do roteiro oferecido pelo Instituto.

## **5 Considerações finais**

Conforme mostrada na análise dessa experiência nas quatro comunidades que fazem parte do roteiro do Tapiaim, percebe-se um desencontro de interesses, uma falta de organização, de protagonismo local. Pensar em atividades que priorizem a cooperação e a participação é um processo que não acontece num passe de mágica, mas como essa experiência já está em andamento há mais de dois anos, algumas etapas já poderiam ter sido superadas.

Nesse caso deveria existir uma reflexão por parte de todos os atores envolvidos nessa experiência com o objetivo de convergir interesses que cooperam para o desenvolvimento humano, econômico, social, cultural e ambiental de todos. A idéia é que o TBC que vem sendo desenvolvido pelo Tapiaim alcance os benefícios, qual seja esta forma de fazer turismo pode promover nas comunidades que trabalham essa prática.

Neste trabalho fez-se uma discussão sobre cidadania e participação, categorias de análises fundamentais no contexto do TBC com a finalidade de embasar a análise de como o Instituto Tapiaim vem desenvolvendo a atividade turística nas comunidades que fazem parte dos roteiros ofertados pela organização.

Ao fazer o diálogo com os autores que discutem o TBC no Brasil e América Latina, e diante dos princípios que norteiam essa atividade, analisam-se os avanços e entraves dessa experiência desenvolvida pelo Tapiaim e parceiros em Curuçá, principalmente no que concerne ao enquadramento dessa atividade como sendo de base comunitária. Apresenta-se a fala dos moradores locais, suas percepções, anseios e (des)conhecimento sobre o turismo que está sendo desenvolvido em seus povoados e os possíveis avanços que possam ser feitos daqui para o futuro.

## **Referências bibliográficas**

BORDENAVE, J. E. D. (1994). *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos 95.

- CAMPANHOLA, C.. SILVA, J. G. da. *Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais*. Caderno de Ciência & Tecnologia. Brasília. n. 1 v. 17, p. 11-40, 2000.
- CORIOLO, L. N. M. T. (2009) O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In. BARTHOLO, R.; SANSOLO, Davis G., BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net>>. Acesso em: 12 nov.2010.
- DEMO, P. (1996). *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez.
- DIAS, R. (2003) *Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento de turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010b) *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em. <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2011.
- IRVING, M. de A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In. BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G., BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem. Disponível em. <<http://www.ivt-rj.net>>. Acesso em: 23 dez.2010.
- SANSOLO, D. G. (2009). Centralismo e participação na proteção da Natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In. BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net>. Acesso em: 14 dez. 2009.
- SANTOS, Milton. (2007). *O espaço do Cidadão*. São Paulo: Edusp.
- SILVA, F. C. da S.; SILVA, L. de J. M. (2008). *História regional e participação social nas mesorregiões paraenses*. Belém: NAEA/UFPA. Paper do NAEA 226.
- TOURAINÉ, A. (1996) Tradução de TEIXEIRA, Guilherme João de Freitas. *O que é a democracia?* Petrópolis – RJ: Vozes.